



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638400 - MT (2021/0000736-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PEDRO MENDES FERREIRA
ADVOGADO : PEDRO MENDES FERREIRA - MT0282560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : SILVESTRE DIONES DIAS (PRESO)
CORRÉU : FRANCISCO ERICKS GOMES DA CONCEIÇÃO SANTOS
CORRÉU : MAURILIO MOARES CALLEGARO
CORRÉU : PERICLES DA SILVA PEREIRA
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVESTRE DIONES DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Apelação Criminal n. 0003782-52.2018.8.11.0050).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão, no regime inicialmente fechado e de 780 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas.

Nesta via, o impetrante sustenta excesso de prazo para o julgamento da apelação criminal, pois o acusado está preso preventivamente desde 12/9/2018 e o recurso encontra-se concluso há mais de sete meses sem data prevista para o julgamento.

Acrescenta que a condenação utilizada para caracterizar a reincidência já teve a pena extinta há mais de 5 anos, sendo inidôneo o acréscimo de pena por esta agravante, e que o paciente faz jus ao regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, a fim de que o paciente aguarde em liberdade o término da ação penal ou, subsidiariamente, que seja estabelecido regime mais brando para o cumprimento da reprimenda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre as alegações do impetrante e a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente